

“OS RITUAIS NA FOLIA DE REIS: UMA DAS FESTAS POPULARES BRASILEIRAS”.

PERGO, Vera Lucia (UEM)¹⁾

As festas populares são tradições que constituem a resistência dos povos em defesa de sua cultura e de seus costumes. Estudos como os de Antonio de Paiva Moura² abordam a temática das festas folclóricas no Brasil. Segundo esse autor, para a caracterização das festas populares brasileiras, há que se apresentar seus componentes estruturais, ou seja, as atividades de caráter religioso, como a missa, a procissão, a bênção, a novena e a reza são ministradas por sacerdotes ou ainda por pessoas autorizadas pela Igreja; as de caráter profano-religiosos buscam homenagear as figuras sacras, sempre de forma festiva e alegre, na qual há levantamento de mastro, bailados como “Congados”, “Folia de Reis”, “Império do Divino”, “Reinado do Rosário”, “Pastorinhas”, sendo ministradas por leigos com a aprovação do sacerdote. As festas populares de caráter profano apresentam o sentido de diversão, visando a entreter os visitantes por mais tempo nas festas, como os leilões, as danças, as comidas, as barraquinhas, entre outros. Cabe apontar que, a “Folia de Reis” apresenta um caráter profano-religioso e faz parte do ciclo natalino, realizado de 24 de dezembro a 6 de janeiro, havendo comemorações ao nascimento de Jesus por meio de festividades.

A literatura indica que a tradição da “Folia de Reis” teria chegado ao Brasil por intermédio dos portugueses no período da colonização, uma vez que, essa manifestação cultural era realizada por toda a Península Ibérica sendo comum a doação e recebimento de presentes a partir da entoação de cantos e danças nas residências. Nessa linha de argumentação, a Folia de Reis teria surgido no Brasil no século XVI, por volta do ano de 1534, por meio dos Jesuítas, como crença divina para catequizar os índios e posteriormente os negros escravos. Dessa forma, a Folia de Reis brasileira³ passou a ser composta pelas manifestações culturais de diversas etnias e povos, com variações regionais, seja quanto ao estilo, ao ritmo e ao som, entretanto, mantendo a mesma crença e devoção ao Menino Jesus, a São José, à Virgem Maria e aos Reis Magos.

Para Welson Alves Tremura⁴ as mais variadas manifestações folclóricas brasileiras conservam uma forte presença no interior do

Brasil, principalmente em regiões cafeeicultoras e de cana-de-açúcar. O autor indica que uma das marcas da “Folia de Reis” seria a forte religiosidade que seus participantes possuem na relação de fé nos seres divinos.

Entretanto, conforme Zaíde Maciel de Castro e Aracy do Prado Couto⁵, uma folia constitui sinal de alegria pelo nascimento de Jesus Cristo. Além disso, são organizadas em consequência de uma promessa, sendo geralmente feita pelo mestre da Companhia ou de outra pessoa que o tenha solicitado. O compromisso é livremente assumido, porém, a folia teria por obrigação sair um mínimo de sete anos a fim de se alcançar a graça desejada. Os motivos para se fazer as promessas são os mais variados, entre eles: a cura de doenças, o cumprimento de desejos, a superação de dificuldades, entre outras.

Ante o exposto, Tremura argumenta que haveria uma espécie de relação entre os participantes e os seres divinos, entre os quais é proposto “um triângulo de fé inspirado em reciprocidade onde promessas transformam-se em bênçãos, proteção, e recompensas para aqueles que determinadamente cumprem suas promessas com os Reis Magos”. (TREMURA, 2005, p. 2). Do ponto de vista do autor, no decorrer do “ritual sagrado” os versos adquirem grande expressão, pois são cantados em forma de toada, buscando atender as necessidades dos participantes e refletir sobre a realidade das famílias visitadas pelos grupos.

Conforme Carlos Rodrigues Brandão⁶, durante a cantoria os foliões se alternam em cantar versos enfatizando as promessas feitas e confirmando a eficácia do devoto no cumprimento de seu voto. A música é repetida infinitas vezes durante os dias da jornada. Há casos em que ela é considerada como típica daquela companhia e varia somente diante da adoração do presépio.

Para Moura, a Folia de Reis seria um grupo de cantoria, constituído pelos seguintes personagens: representantes dos três reis magos; palhaços que levam sacolas para a coleta de donativos; cantores e instrumentistas. A interpretação de Castro e Couto é que a folia seria composta por amigos, parentes, compadres e aliados do mestre, os quais se reúnem para a jornada dos Reis.

Vale a pena salientar as figuras dos palhaços⁷ na folia. De modo geral, apresentam-se em dois ou três e são, sobretudo, os dançarinos do grupo. Eles costumam se chamar de irmãos e possuem obrigações e proibições específicas, como jamais dançar diante da “Bandeira”. Além disso, realizam acrobacias com um

bastão, usam máscaras, utilizam um apito, buscando apontar a chegada e a partida da “Bandeira”. Nas exhibições dos palhaços, os espectadores procuram atirar moedas ao chão, em sua homenagem. Estes, por sua vez, brincam entre si e empurram as moedas com um porrete para que o outro nas pegue, ao mesmo tempo em que instigam o público a jogar mais dinheiro.

Um outro componente da folia é o coro, constituído geralmente por seis pessoas, os quais são ao mesmo tempo, cantores e instrumentistas. Porém, o número varia de região para região. Cada membro do coro tem sua função, no entanto, o mestre é o principal personagem da folia, ou ainda, chefe da folia, pois ele organiza o trajeto, o horário e os instrumentos para sair com o grupo. Em alguns lugares ele também é chamado de “embaixador”, uma vez que é o responsável improvisar os versos cantados nas residências.

Outro representante da folia é o “bandeireiro” ou “alferes da bandeira”. Sua função é carregar respeitosamente a bandeira do grupo, a qual é apresentada ao chefe da residência onde a folia chega e na qual recebem os donativos oferecidos pelas famílias. É preciso, contudo, reportar-se à função da “bandeira”.

A Bandeira, chamada de “Doutrina”, é feita de pano brilhante. Nela é colada uma estampa dos Reis Magos. Constitui o **elemento sagrado da Companhia** e assim é tratada: beijam-na respeitosamente os moradores das casas visitadas, é passada com muita fé sobre as camas da residência e nunca pode ser colocada num lugar menos digno. Esse respeito perdura durante o ano todo, mesmo passada a época de Reis: na casa onde fica guardada, há orações periódicas diante dela. No universo cultural de nosso povo, **a Bandeira é a representação dos três Reis**; por isso, explicam os Mestres, ela deve ir sempre à frente pelos representantes dos pastores que seguiram os Reis Magos (PORTO, 1982, p. 19, grifo nosso).

Tremura afirma que o primeiro ato simbólico da jornada a qual marca o início do ritual é a “tirada da bandeira” sagrada da casa do festeiro, uma vez que, a jornada sagrada contemplaria as obrigações de reciprocidade e estimularia os participantes a seguirem suas jornadas. Todavia, o nome dado ao cumprimento de uma jornada pela Companhia chama-se “giro”.

Vale lembrar que, os cânticos da “Folia de Reis” referem-se de modo geral, ao nascimento do Menino Jesus e a visita dos Reis Magos. Entretanto, suas letras variam somente nos ritos, os quais podem ser: de chegada a uma casa (consulta ao dono, entrega da bandeira ao mesmo e entronização da bandeira); de louvação (pedindo licença para entrar, louvação aos moradores, pedido de esmolas e agradecimento); o encontro de folias (raras vezes acontece, porém quando ocorrem,

estas obedecem a um minucioso cerimonial, composto de saudação, do beijo das bandeiras e da esmola); o encontro com um pobre ou na visita a uma família pobre (em vez de receber o donativo e agradecer, a folia oferece uma esmola e se despede); festa de encerramento – baile e entrega da Bandeira (PORTO, 1982).

Brandão frisa que uma das figuras mais importante é o festeiro, pois, geralmente é de sua residência que os foliões fazem a “tirada da bandeira” e também para onde ela retorna no final do “giro”. Podendo ser, todavia, a residência do Mestre ou ainda, de alguma pessoa, a qual por motivo de promessa, mantêm as despesas da folia. Não há rigidez total para esse ponto e nem o número de residências a serem visitadas. Porém, algum tempo antes de se iniciar o trajeto, há as visitas nas residências dos moradores que receberão a folia e onde será acertado os locais de pouso para o almoço e pouso para o jantar, ou seja, o percurso da jornada que o grupo irá cumprir, pois “a missão da Folia de Reis é cumprir uma jornada (...). A jornada deve ser “cumprida” de tal forma que comece pelo Leste (Oriente) e termine a Oeste (Belém)” (BRANDÃO, 1977, p. 8).

Durante todo o tempo em que a “Folia” está no pouso, a “Bandeira dos Três Reis Santos” é colocada na parede, sobre o altar, com as fitas coloridas pendendo sobre ela. É comum que as pessoas beijem as fitas da “Bandeira” quando a “Folia” chega em uma residência, quando a oração do terço termina ou quando a “Folia” vai se retirar do pouso (BRANDÃO, 1977).

Nas cerimônias de saída da “Folia” há a reza do terço diante do altar, o almoço dos foliões, as falas e as cantorias de saída da companhia. Na maioria das vezes, a reza do terço é pedido do dono da casa, sendo que, os foliões consideram-na como uma das obrigações da “Folia” e nunca se negam a fazê-la. Conforme Brandão, a reza é um dos únicos momentos em que as mulheres têm uma atuação ritual semelhante à dos homens.

Elas não são nunca as “rezadoras”, mas participam ativamente do responsório das orações. Isto acontece por dois motivos. Primeiro porque a reza do terço é compreendida como uma forma de oração familiar onde é importante a presença de esposas e de filhas. Em segundo lugar, porque são as mulheres as que melhor recordam na íntegra todos os momentos da reza (BRANDÃO, 1977, p. 12).

No decorrer da pesquisa de Porto sobre Folia de Reis no Sul de Minas Gerais, algumas curiosidades foram encontradas, sendo, uma delas, a justificativa da restrição quanto à participação de mulheres nas folias, ou seja, além de

destacar questões práticas como não estar em sereno à noite e ter que ficar sem dormir, os Mestres justificam-se com razões históricas:

Os Reis Magos não trouxeram consigo suas esposas; se os foliões levassem mulher na folia, estariam deturpando o sentido da representação; também, dizem outros, nenhuma mulher visitou o presépio de Jesus; admitir mulher entre os foliões, como participante, seria desviar o sentido da dramatização (PORTO, 1982, p. 54).

Faz-se necessário então ressaltar que como cabe ao mestre financiar a folia, uma vez que a organiza a fim de dar cumprimento à sua promessa, o dinheiro angariado nas visitas vai também para o encerramento solene da folia por meio de uma festa.

A festa tem lugar em data marcada pelo mestre (...). Os foliões comparecem uniformizados e os palhaços vestem-se a caráter. A festa realiza-se na casa do mestre, que a fez ornamentar festivamente para a ocasião. Serve-se uma lauta ceia, em que não vigoram as proibições contra a bebida. Os foliões sentam-se a uma mesa com o mestre e o contramestre às cabeceiras, mas os palhaços em geral tomam lugar em mesa separada ou, excepcionalmente, fazem-no somente depois de servidos os foliões. Amigos e conhecidos, a convite do mestre, podem participar do ágape. Antes ou depois da ceia, o mestre comanda uma oração de agradecimento ou faz um pequeno discurso alusivo à jornada (CASTRO e COUTO, 1977, p. 6).

Diante dos aspectos relatados, Porto complementa que o que motiva as pessoas a participarem de uma Folia de Reis é sempre o caráter religioso, no sentido de uma promessa. As pessoas que dela participam, implicam-se de grandes sacrifícios pessoais. “Somente a fé e a devoção estão na raiz do compromisso de cada componente de uma Companhia” (PORTO, 1982, p. 64). A Folia de Reis é uma manifestação cultural que não pode ficar desconhecida, sendo de vital relevância sua revalorização enquanto uma cultura popular, como considera Porto. Ou ainda como lembra, Brandão, existem casos em que as pessoas são as responsáveis por algumas das tradições religiosas dos lugares (BRANDÃO, 1977). E, no caso da Folia de Reis, os foliões que dela participam, de modo geral, são de famílias que, no interior, patrocinaram, colaboraram ou participaram de folias. “E esta tendência continua a desenvolver-se. Os filhos, ao nascer, já encontram os pais dedicados, de corpo e alma, à jornada dos Reis” (CASTRO e COUTO, 1977, p. 7).

Certamente, nesse estudo sobre a Folia de Reis, há a transmissão oral normalizada pela tradição, cabendo aos mestres a responsabilidade de mantê-la viva, como lembra Luís da Câmara Cascudo⁸.

A partir do exposto, vale ressaltar, que de modo geral, os grupos de Folias de Reis estão presentes em várias regiões do país, sobretudo, nos Estados do Nordeste, em Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, entre outros.

No ano de 2005 foram inventariados pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná⁹, os municípios que contemplam as mais variadas festas populares. Entretanto, um dos municípios inventariados e que contam com grupos de Folia de Reis é o Município de Sarandi, situado ao norte do Estado do Paraná. Nessa localidade, as Companhias de Reis existentes buscam preservar suas tradições por meio da visita à comunidade, ou seja, do “Giro”, bem como, por meio do festival cultural local. Vale frisar que, na pesquisa monográfica procurou-se analisar a Folia de Reis como uma festa religiosa, reconhecida como patrimônio cultural, o qual herdou-se das gerações passadas em vista de viver-se e transmitir-se às futuras gerações.

A essa idéia acrescenta-se que o patrimônio intangível busca compreender as idéias, os costumes, as danças folclóricas, a tradição oral, os rituais sagrados ou profanos, as crenças, entre outras, baseadas na tradição. O patrimônio passou a ser pautado pelos referenciais culturais cotidianos das mais variadas populações.

Desse modo, diante da amplitude de bens valorizados pelas mais diversas comunidades, buscou-se privilegiar o patrimônio cultural imaterial – sobretudo, o ritual da Folia de Reis, baseado na tradição. Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹⁰, aprovada pela Unesco em 17 de outubro de 2003, considera-se a necessidade de conscientização, sobretudo das novas gerações para a relevância da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, bem como, o respeito em relação às comunidades, aos grupos e aos indivíduos envolvidos com tal patrimônio (Recomendação de Paris, 32^a sessão, 2003). Nesse sentido,

Entende-se por “Patrimônio Cultural Imaterial¹¹” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2005).

Segundo Antonio Augusto Arantes Neto, coordenador da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹² “a preservação do patrimônio imaterial é uma política de introdução recente no plano internacional e são notáveis a rapidez e a firmeza com que ela vem se desenvolvendo no Brasil” (CUNHA, 2005, p. 5).

As políticas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹³ (IPHAN) vêm fornecer os subsídios necessários para toda e qualquer forma de prevenir que um bem seja salvaguardado. Uma das formas seria por meio do registro do bem “um instrumento legal para reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro” (IPHAN, 2005). De modo a preservar os saberes, os modos de celebrar, de se expressar e os lugares expressivos para a população.

Ante o exposto, vale ressaltar que a identificação dos bens culturais imateriais deve dar-se em consonância com a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, de modo que, as práticas sociais sejam mantidas pelas comunidades que mantêm os referenciais culturais.

Segundo Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Iphan, este, juntamente com o Ministério da Cultura, tem procurado recentemente “informar sobre os fundamentos e instrumentos da política de salvaguarda da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro”, numa busca de apresentar os resultados e os desafios que vêm enfrentando. Publicou então, “Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (1936-2006)¹⁴”. Para Almeida, estes seriam os “aspectos e gestos essenciais da nossa vida cotidiana que, junto com muitos outros, são agora objeto das políticas de preservação cultural” (BENS IMATERIAIS, 2007, p. 5).

Esses jongos, violas, círios e ofícios são bens vivos mantidos pelas pessoas que os praticam. Preservá-los é valorizar seu conhecimento e ação. A salvaguarda desses bens está, portanto, orientada para a valorização do ser humano, para a garantia e para a melhoria das condições sociais, culturais e ambientais que permitem sua permanência.

Essa iniciativa é também mais um passo no sentido de ampliar a rede de parceiros já constituída em torno de uma tarefa que é monumental em face da nossa enorme diversidade, e que só chegará a bom termo se for compartilhada (BENS IMATERIAIS, 2007, p. 5).

Enfim, Funari e Pelegrini¹⁵ enfatizam que ainda existem muitos pontos a serem analisados acerca do patrimônio cultural, porém, na prática, as

políticas patrimoniais devem partir dos anseios da comunidade visando o reconhecimento dos bens que mereçam sua preservação. Nesse contexto

(...) podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 55-59).

Sem dúvida, se cabe à comunidade preservar aquilo que lhe é próprio, que ela reconhece como um bem que possui valor identitário, então, convém que a mesma busque, juntamente com os grupos de Reis locais, os representantes da municipalidade e do clero, a preservação dessa tradição cultural. Cabe destacar que, seria também a partir das políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial, por meio da investigação dos costumes, melodias, festas, línguas, rituais, lugares, entre outros, que os saberes transmitidos às gerações, seria viabilizado como forma de dar continuidade àquele bem identificado como relevante pelas comunidades, com vistas ao respeito à diversidade cultural.

Notas

¹ Graduada pela Universidade Estadual de Maringá, possui título de Especialista em História e Sociedade e está por obter o título de Especialista em Patrimônio Cultural e Memória Social pela mesma Universidade e ambos sob a orientação da Professora Doutora Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.

² MOURA, Antonio Paiva. Turismo e Festas Folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2004, 4ª ed.

³ REISADO e Folia de Reis do Dragão do Mar. Disponível em: <http://www.nelson.com.br> [Acesso em: 11/09/05].

⁴ TREMURA, Welson Alves. **A música caipira e o verso sagrado na folia de reis**. Disponível em: <http://www.hist.puc.cl/historis/iaspmla.html>. [Acesso em: 10/09/05].

⁵ CASTRO, Zaíde Maciel de e COUTO, Aracy do Prado. **Folia de Reis**. Cadernos de Folclore nº 16. Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

⁶ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Folia de Reis de Mossâmedes**. Cadernos de Folclore nº 20. Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

⁷ Sobre a figura dos palhaços atentar-se para estudos como os de PORTO, Guilherme. **As Folias de Reis no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: MEC/SEC/FUNARTE - Instituto Nacional de Folclore, 1982. Castro e Couto (1977) e Moura (2004).

⁸ CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Italiana, 1984.

⁹ CARNEIRO JR. Renato Augusto. **Festas populares do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

¹⁰ RECOMENDAÇÃO DE PARIS 32ª SESSÃO. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>. [Acesso em 04/03/07].

¹¹ PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bens/P%Imaterial/imaterial.htm>. [Acesso em: 23/07/05].

¹² CUNHA. Manuela Carneiro da. Patrimônio imaterial e biodiversidade. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 32/2005.

¹³ IPHAN. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. [Acesso em: 10/09/05].

¹⁴ BENS IMATERIAIS. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois. A trajetória da salvaguarda dos bens imateriais no Brasil (1936-2006)**. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/>. [Acesso em: 15/02/07].

¹⁵ FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. **O Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.